

A MODALIDADE DEÔNTICA NAS BULAS DE REMÉDIOS

GUIRADELLI, Lisângela A.¹
SANTOS, Aparecida Cássia Oliveira dos²

Recebido em: 2010.07.12 Aprovado em: 2010.09.30

ISSUE DOI: 10.3738/1982.2278-388

RESUMO: Adotando a abordagem teórica funcionalista, que leva em consideração os níveis sintático, semântico e pragmático e também a competência comunicativa dos indivíduos, o presente trabalho tem por objetivo analisar as manifestações da modalidade deôntica no português escrito do Brasil, visto que a modalidade deôntica está relacionada com a avaliação que o falante faz de estado de coisas como obrigatório, permitido ou proibido e é expressa por traços lexicais e gramaticais específicos ligados a atitude do falante e, de outro lado implica que o ouvinte aceite o valor de verdade do enunciado para executá-lo. As análises das funções e das estruturas lexicais e gramaticais modalizadas deonticamente foram feitas em bulas de remédio, uma vez que estas contêm permissão, dever, obrigação a ser cumprido pelo interlocutor, no caso o usuário do medicamento.

Palavras-chave: Modalidade. Deôntico. Discurso científico. Bula de remédio.

SUMMARY: According to Functionalist theory, that considers syntactic, semantic, and pragmatic levels, and also communicative competence of speakers, the aim of this research is to analyze deontic modality manifestations in Brazilian Spoken Portuguese, since deontic modality is related with valuation that the speaker makes of a state of affairs as obligatory, permitted, or prohibited, and it is expressed by lexical and grammatical specific features linked to speaker's attitude, and it involves that hearer accept true value of the statement to fulfill it. The analyses of function and of lexical and grammatical structures of deontic modalizations were done in medicine directions, since it contain permission, obligation expressions that need to be carry out by the interlocutor.

Keywords: Modality. Deontic. Cientific discourse. Medicine directions.

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa as manifestações da modalidade deôntica no português escrito do Brasil, e procura demonstrar que a manifestação da modalidade deôntica está relacionada com o sujeito sobre o qual se instaura uma obrigação, permissão ou proibição.

Considerando que as modalidades não estão restritas a uma classificação sintática, procuraremos fazer uma análise mais ampla que englobará a sintaxe, a semântica e a

¹ Doutoranda em Estudos Lingüísticos pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – UNESP. Prof.^a FE/FFCL.

² Licenciatura Plena em Letras

pragmática. Dessa forma, a perspectiva funcional da linguagem deve ser adotada, pois está também engloba os três níveis de análise da língua de forma integrada e leva em consideração a competência comunicativa dos falantes da língua.

São utilizados como *cópus* bulas de diferentes medicamentos. A escolha desse *cópus* se justifica pelo fato de que as bulas, caracterizadas como discursos científicos, favorecem o surgimento de valores deônticos como os de obrigação, permissão e dever.

Num primeiro momento são apresentadas algumas definições e conceitos para a modalidade de forma geral, e também conceitos referentes à modalidade deôntica, especificamente. Em seguida apresentaremos alguns pressupostos sobre o discurso científico; analisaremos também o efeito de sentido reproduzido pelos modalizadores deônticos nos discursos selecionados e observaremos a função que as manifestações do dever exercem na organização discursiva dos textos analisados e, por último, os resultados e as reflexões obtidas neste trabalho.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.1 A Modalidade

Trataremos aqui das modalidades linguísticas, buscando descrever suas características sintáticas, semânticas e pragmáticas.

De acordo com Cervoni (1989 *apud* COMPARINI 2002 p. 53), a problemática das modalidades reconquistou seu lugar na lingüística contemporânea por meio do desenvolvimento das pesquisas sobre a lógica da linguagem, do crescente interesse dos linguistas pela análise do que se faz ao falar e do desenvolvimento da semiótica na análise do discurso narrativo. A noção de modalidade é dada de maneira provisória: “implica a ideia de que uma análise semântica permite distinguir, num enunciado, um dito (às vezes denominado conteúdo proposicional) e uma modalidade – um ponto de vista do sujeito falante sobre este conteúdo”

Para Cervoni, a análise das modalidades linguísticas pode se basear na análise lógica já que a ela pertencem os valores tipicamente modais, que são os valores da lógica alética. Conclui o autor que “o campo da modalidade linguística será necessariamente

diferente do campo da modalidade lógica, apesar das relações: “inspirar-se em não poderia significar fazer coincidir” (p. 61).

Kiefer (1987 *apud* COMPARINI 2002) também discute a relação lógica e a tradição linguística, propondo três noções de modalidade:

- a) modalidade como expressão de possibilidade e necessidade;
- b) modalidade como o significado das atitudes proposicionais;
- c) modalidade como expressão das atitudes do falante.

A expressão de atitude do falante é usada para se referir à qualificação cognitiva, emotiva ou volitiva que o falante faz de um estado-de-coisas. Assim, a presença de uma expressão da atitude do falante torna uma sentença necessariamente não-descritiva.

A sentença descritiva fornece uma descrição da realidade, refere-se a um estado-de-coisas, representa uma proposição. Na sentença não-descritiva, a descrição do mundo é apenas parte de sua função, ela não representa uma proposição.

A atitude do falante também é conhecida por vários autores como essencial para a caracterização das modalidades linguísticas. Segundo Halliday (1970), “modalidade significa o julgamento do falante sobre as probabilidades ou obrigações envolvidas naquilo que está sendo dito” (p.328). Assim como Halliday, e considerando a importância do julgamento do falante em relação a seu enunciado, Lyons (1977, p.436) faz também um extenso estudo das modalidades a partir dos conceitos básicos da lógica modal, e as define como “um meio usado pelo falante para expressar sua opinião acerca de uma proposição que a sentença expressa ou a situação que a proposição descreve”. Para Quirk (1985, p. 219) “a modalidade pode ser definida como a maneira pela qual o significado de uma frase é qualificado de forma a refletir o julgamento do falante sobre a probabilidade de ser verdadeira a proposição por ele expressa”. Já para Palmer (1986, p.16) “modalidade poderia, por assim dizer, ser definida como a gramaticalização das atitudes e opiniões (subjativas) do falante”.

Coracini (1991, p. 113) aponta que “a modalidade é a expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior ou menor força o que enuncia, ora comprometendo-se, ora afastando-se, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere”.

Percebe-se, então, que as modalidades linguísticas são caracterizadas pela subjetividade, pois expressam uma relação de comprometimento do falante com aquilo que

ele enuncia; mesmo não revelando a fonte de seu saber, de suas crenças ou valores morais ao modalizar suas sentenças, o falante se posiciona diante de seu enunciado.

1.2 A Tipologia das modalidades

De acordo com Guiraldelli (2004), as modalidades têm sido tradicionalmente classificadas segundo o campo semântico no qual se assenta a avaliação feita pelo falante. Ainda que nem sempre essa tipologia seja consensual, três são as modalidades mais frequentemente identificadas nos muitos estudos sobre o tema: modalidades alética, epistêmica e deôntica.

A modalidade alética está relacionada com a verdade do conteúdo proposicional; as proposições aleticamente modalizadas podem expressar um conhecimento aceito ou comprovado cientificamente. A modalidade epistêmica, assentada no eixo do saber, do conhecimento, expressa a avaliação do falante sobre a probabilidade de ocorrência de um estado-de-coisas, situada em um contínuo que vai do certo até o possível. No eixo do dever, da conduta e das normas, situa-se a modalidade deôntica, associada aos valores de obrigação, permissão, proibição e ordem.

Como aponta Palmer (1986), a afirmação daquilo que é logicamente verdadeiro e daquilo que o falante acredita que seja verdadeiro pode ser feita pelos mesmos recursos, não havendo, portanto, distinção formal entre modalidade alética e epistêmica. A distinção linguística mais importante parece estar centrada nos campos semânticos do saber e do dever.

Consideremos também a modalidade volitiva que está relacionada à manifestação de valores que expressam querer, desejo ou vontade por parte do falante.

As modalidades epistêmicas referem-se ao eixo da crença, do conhecimento que se tem de um estado de coisas, envolvendo o julgamento do falante sobre a probabilidade de ocorrência desse estado-de-coisas. As modalidades deônticas dizem respeito ao eixo da conduta, à linguagem das normas, do dever àquilo que se deve fazer, aos valores de permissão, obrigação e proibição.

Halliday (1985) propõe dois tipos de modalidade, relacionando a função da linguagem e forma da sentença:

1 – Modalização 1 – probabilidade (may be)

(tipo indicativo) 2 – habitualidade (sometimes)

2 – Modulação 1 – obrigação (is wanted to)

(tipo imperativo) 2 – inclinação (wants to)

O autor afirma que a oração é simultaneamente organizada como mensagem e como evento de interação, envolvendo falante e ouvinte.

Na modalização, se a sentença é considerada informação, essa sentença, então, será uma proposição realizada no indicativo e indicará graus de probabilidade ou habitualidade. Na modulação, se a sentença é tida como bens e serviços, ela será uma proposta, poderá ser caracterizada como imperativa e indicará graus de obrigação, relacionados à ordem, e graus de inclinação, relacionados à oferta. Halliday (1985), ao afirmar que em termos de semântica filosófica a modalização é assim chamada de modalidade epistêmica e a modulação de modalidade deôntica, mantém a distinção tradicional entre modalidade epistêmica e modalidade deôntica.

A classificação funcionalista das modalidades proposta por Hengeveld (1988) e Dik (1989) considera as funções ideacional e interpessoal da linguagem como pertinentes para o estabelecimento dos subtipos modais. Segundo esses autores, três são os tipos de modalidade: a inerente, a objetiva e a epistemológica.

A modalidade inerente envolve as relações entre participante e um estado de coisas, indicando principalmente uma avaliação de capacidade. A modalidade objetiva está relacionada com os meios linguísticos que o falante usa para avaliar a realidade de um estado de coisas. Essa modalidade é subdividida em modalidade epistêmica, em que o falante avalia a realidade de estado de coisas baseando-se no seu conhecimento da realidade ou de uma situação hipotética, e em modalidade deôntica, em que a avaliação de estado de coisas feita pelo falante é baseada em regras, convenções e normas morais, sociais e legais. Por fim, a modalidade epistemológica diz respeito ao comprometimento do falante com a verdade da proposição expressa. Seus subtipos são a modalidade subjetiva epistêmica em que o falante assume a responsabilidade em relação à proposição expressa e especifica o grau de comprometimento com a verdade dessa proposição, e a modalidade evidencial, em que o falante indica como obteve informação sobre o conhecimento da proposição.

Para Hengeveld (1988), está claro que as modalidades inerente e objetiva (epistêmica e deôntica) estão inseridas no nível da predicação e a modalidade epistemológica (subjetiva epistêmica e evidencial) está inserida no nível da proposição.

Como aponta Dall' Aglio-Hattnher (1995), quando a modalidade epistêmica está inserida no nível da predicação, o falante não se responsabiliza pelo valor de verdade de seu enunciado. O falante se utiliza de meios linguísticos (gramaticais e lexicais) para descrever e avaliar a realidade de um estado de coisas. Por outro lado, ao situar a manifestação epistêmica no nível da proposição, observa-se que o falante assume seu comprometimento com a verdade da proposição.

Segundo Bavin (1995 *apud* COMPARINI 2002), num estudo realizado com línguas nilóticas ocidentais, há uma estreita conexão entre obrigação, necessidade e desejo em termos das formas usadas para expressá-las, mas para expressar habilidade, as formas são distintas, o que corrobora uma classificação que considere a modalidade dinâmica distinta das modalidades deôntica e epistêmica.

Entretanto, alguns autores englobam os valores deônticos e a habilidade/capacidade em uma única categoria fazendo distinção entre modalidade epistêmica e modalidade de raiz; é o que afirma Silva-Corvalán (1995, p.75 *apud* GUIRALDELLI, 2004).

1.3 A Modalidade Deôntica

Segundo Comparini (2002), o termo deôntico é originário do grego (*déon* = o que é obrigatório) e se refere à lógica da obrigação e da permissão. Kalinowski (1976 *apud* COMPARINI 2002) designa modalidade deôntica como aquela à qual correspondem os predicados 'obrigatório', 'proibido' e 'permitido', representando-os graficamente por meio de relações semânticas contrárias.

Lyons (1977) também discute sentenças deônticas em termos da noção de obrigação, estabelecendo uma relação que é explorada em todos os sistemas padrões da lógica deôntica:

Não obrigação	—————→	permissão de não fazer
Obrigação	—————→	não permissão de não fazer
Permissão	—————→	não obrigação de fazer
Não permissão	—————→	obrigação de não fazer

Assim, a modalidade deôntica, situada no domínio do dever, é caracterizada como aquela relacionada aos eixos do obrigatório, do proibido e do permitido.

Lyons (1977) sugere que a origem da modalidade deôntica pode ser procurada na função desiderativa (no uso da linguagem para expressar vontade e desejos do falante: (1) *Eu quero o livro*), e na função instrumental (no uso da linguagem pelo falante para alcançar o que é imposto sobre outros agentes: (2) *Dê-me o livro*).

Se comparadas às funções da linguagem propostas por Halliday (1970), a função desiderativa e a função instrumental seriam respectivamente a função ideacional (em que a linguagem é usada para a manifestação da experiência do falante), e a função interpessoal (em que a linguagem é usada para estabelecer relações entre os participantes da interação).

Segundo Antinucci e Parissi (*apud* COMPARINI 2002, p. 27), o sujeito sobre o qual se instaura uma obrigação, permissão ou proibição deve ser sujeito humano que age intencionalmente. O sujeito referido é o alvo de incidência do valor deôntico “que, direta ou indiretamente, se identifica como o co-enunciador, podendo coincidir ou não com o sujeito do enunciado”.

Assim, ligada a um tipo de controle humano, depreende-se que a modalidade deôntica surgiu antes da modalidade epistêmica e, de acordo com alguns autores, a modalidade epistêmica seria uma extensão da deôntica. Sweetser (1990) afirma que os estudos da linguagem infantil revelam que as crianças adquirem os sentidos deônticos dos verbos antes dos epistêmicos.

Para Neves (1996), obrigação e permissão ligam-se ao imperativo para se obter que o outro faça algo. Lyons (1977) afirma que, apesar de serem mais usadas para ordens, as imperativas podem, também, ser usadas para conceder permissão. Se em resposta a uma batida na porta, alguém dizer (3) *Entre!*, isso será uma permissão, e não uma ordem, afirmação com a qual concorda Palmer (1986). Pode-se ainda afirmar que, segundo Palmer, a modalidade deôntica não se relaciona apenas ao imperativo, mas, também, aos atos volitivos que, dependendo da situação comunicativa em que se inserem, instauram um diretivo forte (uma ordem) ou um diretivo fraco (uma sugestão).

Considerando que a necessidade deôntica tem relação com a necessidade ou possibilidade dos atos executados por agentes moralmente responsáveis, quando impomos uma obrigação a alguém, a sentença que proferimos expressa uma proposição “que descreve o estado-de-coisas que será obtido se o ato em questão for executado” (LYONS, 1977, p. 823).

De acordo com Comparini (2002), numa sentença deonticamente modalizada, alguma coisa é imposta a alguém, a execução do ato deverá ser futura, isto é, espera-se que a imposição seja cumprida no futuro, próximo ou não. E isto só pode ocorrer na modalidade deôntica, visto que a modalidade epistêmica é uma avaliação do falante da verdade de uma proposição no presente ou no passado. Segundo Neves (1996 p. 193) “isto se compreende facilmente, levando-se em conta que essa modalização diz respeito à conduta, que se projeta para momento posterior à manifestação do déon, isto é, da necessidade deôntica”.

Segundo Lyons (1977), as sentenças deonticamente modalizadas diferem das epistemicamente modalizadas porque as primeiras procedem, tipicamente, de alguma fonte ou causa, em que sempre há alguém ou alguma entidade que X reconhece como responsável por ele ser obrigado a executar algum ato. O autor chama de fonte deôntica a pessoa ou instituição que cria a obrigação ou permissão que recai sobre X, permitindo-lhe ou obrigando-o a executar algum ato. A pessoa ou instituição X sobre quem recai a obrigação é denominada alvo deôntico.

Ainda de acordo com Lyons, as obrigações legais e morais aceitas em muitas sociedades advêm de tradições e mitos impostos por alguma autoridade mais alta e soberana por meio da função diretiva na interação social do dia-a-dia. São pais, padres, juízes e outros que estabelecem e mantêm as normas legais, morais e de conduta na sociedade por meio de declarações deônticas. É por meio dos atos diretivos dessas autoridades que surgem palavras como certo e errado, legal e ilegal, próprio e impróprio, proibido e permitido etc. Afirma Lyons que os valores culturais diferentes contribuem para diferentes categorizações e lexicalizações de palavras que designam a noção de obrigação: “Diferentes tipos de modalidade deôntica podem, então, ser distinguidas especificando-se a fonte ou causa da obrigação” (p. 825). O autor destaca que os tipos mais importantes de modalidade deôntica no estudo gramatical são as diretivas (aquelas com verbos que indicam levar outra pessoa a fazer algo), e as comissivas (aquelas com que nos comprometemos a fazer alguma coisa).

Vimos neste capítulo algumas considerações a respeito das modalidades. Sabendo que a modalidade deôntica recai sobre o eixo da conduta e está envolvida com valores como permissão, obrigação, proibição ela se torna importante para os textos científicos que serão analisados.

2 O TEXTO CIENTÍFICO E A CONSTITUIÇÃO DO *DOCÓRPU*S

2.1 O texto científico

Osakabe (1979) diz que para analisar um discurso é preciso considerar de antemão as condições de produção para que se possa fazer uma observação interna de cada realidade discursiva. Segundo esse autor, o discurso ultrapassa as explicações linguísticas, pois o discurso apresenta um sistema de significações ideológicas e se cristaliza em motivações históricas. Ele considera também que compõem as condições de produção do discurso a imagem que o locutor tem do referente e a imagem que pressupõe que o ouvinte tem desse referente. Assim, de acordo com Fiorin (1988, p. 16): “O discurso não é, portanto, o lugar de liberdade e da criação, mas é o lugar de reprodução dos discursos das classes e das frações de classes”. Observa-se que esse autor considera o discurso como o lugar social.

Com relação à concepção da ciência, Feyerabend (1979 *apud* GUIRALDELLI, 2004) desmistifica a ciência lógica e defende o caráter relativo e subjetivo de toda opinião, de todo método, de todo princípio e de toda investigação, mesmo que ela tenha um caráter científico. Toda verdade, segundo esse autor, é subjetiva e provisória e tida como um jogo. Esse caráter provisório da ciência é o responsável pelo seu progresso e avanço. Então, de acordo com Coracini (1991), cai por terra a visão tradicional de que a ciência detém critérios objetivos que conduzem o homem à essência dos seres e também à verdade dos fenômenos naturais.

Por muitas vezes, o cientista busca mostrar a validade de sua pesquisa, argumentando a seu favor e obedecendo as normas impostas pela comunidade científica, dentre as quais figuram o uso da linguagem na terceira pessoa, modalidades lógicas, intertextualidade explícita, como formas de fazer transparecer no texto a objetividade científica.

No entanto, na ciência a crise reduz o desempenho de um determinado paradigma. Quanto mais se aprofunda a crise, mais diverge a opinião pública. Quanto mais os paradigmas entram em debate, mais os grupos de cientistas se armam de argumentos para a defesa de um novo. A forma de raciocínio e a apresentação linguística têm de ser atraentes e persuasivas.

O discurso científico é altamente subjetivo na medida em que se apresenta como argumentativo e se serve de uma série de convenções partilhadas pela comunidade interpretativa, dentre as quais o conceito de objetividade e as formas linguísticas de que se reveste. É graças à opacidade da linguagem, que permite a ilusão da aproximação efetiva do real, sem a interferência do sujeito e da ideologia, que esse discurso alcança o objetivo que se propõe, que é o de convencer o interlocutor da verdade (aparente) que enunciam.

Para Coracini (1984 *apud* GUIRALDELLI, 2004), pode-se definir o discurso científico como um conjunto de textos escritos e produções orais com um conteúdo considerado científico. No entanto, diferentes tipos de textos dessa natureza podem ser produzidos de acordo com a situação enunciativa. O público, por exemplo, constitui um dos critérios para que o texto tenha determinada estrutura, pois são distintos.

Os discursos científicos **primários** são padronizados com inflexibilidade, com uma linguagem técnica, e são direcionados a um público especialista no assunto em questão, visando noticiar novidades no meio científico.

Coracini (1991) afirma que este discurso dirige-se a um ouvinte situável no tempo e no espaço: o grupo de especialistas da área. Pressupõe um ouvinte conhecedor da matéria, dos métodos utilizados normalmente na área e interessado na pesquisa a ser relatada. E a intenção é convencer da validade da pesquisa relatada e do rigor da mesma.

Os discursos científicos **didáticos**, por sua vez, são o tipo discursivo frequente nos textos introdutórios para o público universitário, um público iniciado ou iniciante, que ainda não é especialista. Segundo Beacco e Moirand (1995, *apud* GUIRALDELLI, 2004, p. 54), apesar de o público não ser especializado, esse tipo de discurso se endereça “a destinatários bem definidos (por nível, ano...) que estão se formando precisamente nesta disciplina: eles são fortemente restringidos pelo quadro institucional no qual se inserem e são enunciados por autores daquele domínio, cujos lugares estão claramente estabelecidos, quer dizer, hierarquicamente.”

O discurso de **divulgação** científica tem como objetivo divulgar os conhecimentos científicos ao público em geral (público leigo) que até então não tinha acesso a esse tipo de informação.

Bueno (1984, p. 19) entra no exercício de que a divulgação “pressupõe um processo de recodificação, isto é, a transposição de uma linguagem especializada para uma

linguagem não especializada, com o objetivo de tornar o conteúdo acessível a uma vasta audiência.”

Por meio do discurso científico, o divulgador vai “colocar ao alcance da maioria o patrimônio científico da minoria e realizar em seus escritos, suas palavras e suas imagens o direito de todo o ser humano de participar da sabedoria e integrar-se na cultura e na civilização, que os manterão unidos em um saber comum”. (HERNANDO 1970, *apud* GUIRALDELLI, 2004, p. 55)

Ao discurso de divulgação cabe a função de participar com o homem comum o saber científico e tecnológico, principalmente se esse conhecimento trouxer benefícios para as condições de vida da sociedade. O enunciador do discurso científico de divulgação, ao dizer algo, tem como objetivo primeiro divulgar sua experiência, apresentando-a como comprovada, e acrescentar conhecimento ao seu leitor a respeito de determinado assunto.

Assim, o discurso científico pretende convencer seus interlocutores, provocando uma reação de validade e repetição da experiência. Partindo, então, dessa premissa conjuntamente com todas as informações obtidas sobre o discurso científico, verificaremos a relação entre discurso científico e modalizadores deônticos na análise do *corpus*.

2.2 Constituição do *Corpus*

Neste trabalho analisamos 33 bulas de remédios. Todas as bulas foram retiradas de medicamentos diferentes. Os medicamentos referentes às bulas usadas como *corpus* são, a saber:

Antux B1	Hidantal B12	Omeprazol B23
Amoxilina B2	Histamix B13	Predsim B24
Atenolol B3	Luftal B14	Pondera B25
Budecort Aqua B4	Micropil B15	Pofenid B26
Cefalium B5	Meloxicam B16	Resfenol B27
Celestrat B6	Mesmerin B17	Slow-K B28
Cloridrato de Sibutramina B7	Meticoten B18	Trivagel B29
Cloridrato de Amitriptilina B8	Naprix B19	Tylenol B30
Daflon B9	Neosaldina B20	Tryptanol B31
Descon B10	Norfloxacino B21	Vertex B32
Gestinol B11	Olcadil B22	Vitacid Plus B33

Quadro 1: Bulas de remédios

A escolha do *cópus* e quantidade de bulas, apesar de pertencerem a medicamentos distintos, não foi estabelecida aleatoriamente. As bulas selecionadas apresentam uma linguagem técnica que guarda um conteúdo altamente informativo; é um material produtivo que propicia o surgimento de valores deônticos como permissão, proibição e obrigação, e evidencia um comprometimento do falante com o dever e o poder.

O discurso científico, de modo geral, pretende convencer seus interlocutores, provocando uma reação de validade e repetição da experiência. Dessa forma, verificaremos a relação entre discurso científico e modalizadores deônticos na análise do *cópus*.

3 A MANIFESTAÇÃO DOS MODALIZADORES E O *CÓRPU*S EM ANÁLISE

3.1 A Manifestação dos modalizadores

Segundo Saint-Pierre (1991), no plano linguístico, descrevemos a expressão linguística da modalidade, quer dizer, os modalizadores, que indicam que o enunciado é ou não assumido pelo locutor e, no plano pragmático, relacionamos modalização e força ilocucionária.

Para o autor, que estabelece um modelo de descrição dos modalizadores para o francês, pode-se distinguir os modalizadores em quatro classes distintas: os marcadores prosódicos, que se referem à entonação, duração vocálica etc; os marcadores morfológicos e sintáticos, designando os auxiliares modais, verbos de significação plena, adjetivos, advérbios modais e substantivos; os marcadores discursivos, que podem ultrapassar o quadro da proposição (repetição, discurso direto, extensão frástica) ou podem indicar convenções do emprego da língua (atos indiretos, fórmulas de polidez); e por fim os marcadores metalinguísticos, que são as ligações contextuais/organização textual (acordo, desacordo, justificativa etc).

Das quatro classes de modalizadores vistas acima, optamos nesse trabalho por analisar os marcadores morfológicos e sintáticos, pois são extremamente produtivos na língua portuguesa e principalmente no ato do discurso científico.

Os falantes então, ao fazerem a avaliação de um estado-de-coisas, adaptam os conteúdos conforme suas marcas de julgamento e podem optar por não indicar o tipo de evidência que possuem. Essa avaliação pode ser expressa por meios gramaticais e por meios lexicais.

Buscamos então os seguintes valores: permissão, obrigação, proibição e os identificamos pelas formas de expressão da língua.

Os auxiliares modais **dever** e **poder**, são exemplos de meios gramaticais que são chamados de operadores de predicação.

(4) “Todo medicamento **deve** ser mantido fora do alcance das crianças.” (B3)

(5) “O medicamento não **deve** ser usado durante a gravidez e a amamentação.” (B7)

(6) “O atenolol **pode** ser usado em pacientes cujos sinais de insuficiência cardíaca tenham sido controlados.” (B3)

(7) “**Pode** iniciar o tratamento apenas com um comprimido à noite ao deitar (...)”. (B32)

Os adjetivos modalizadores como **preciso**, **necessário**, **obrigatório** e **proibido** são exemplos de meios lexicais.

(8) “Mesmo após o fim do tratamento, é **necessário** que você continue a proteger a pele da exposição solar.” (B33)

(9) “Se não ocorrer hemorragia após um ciclo de tomada irregular, é **preciso** consultar o médico antes de reiniciar o tratamento.”(B15)

Os advérbios, **obrigatoriamente**, **necessariamente** e os substantivos **necessidade**, **obrigação**, **permissão** também são considerados modalizadores deônticos, pois expressam ligação com a noção de dever.

(10) “A maioria destes eventos diminuíram de intensidade e frequência com o tempo e, geralmente, não houve **necessidade** de interrupção do tratamento”. (B7)

Observamos aqui alguns valores que os modalizadores deônticos podem assumir. Faz-se necessário verificar como cada modalizador atua na língua e também quais os efeitos comunicativos resultantes do emprego desses modalizadores. A seguir faremos uma análise sobre as funções desses modalizadores na língua portuguesa.

3.2 Análise do *Corpus*

Neste item, verificaremos como o falante considera um conteúdo (proposição) como um estado-de-coisas que deve, que precisa e que obrigatoriamente ocorre.

Analisaremos, a seguir, a função dos modalizadores deônticos nas bulas selecionadas e observaremos o comportamento destes na língua portuguesa.

As bulas confirmam a expectativa de que os modalizadores deônticos são muito produtivos nesse tipo de discurso.

Consideremos a distribuição dos modalizadores e seus valores conforme a Tabela 1:

Tabela 1: Modalizadores e Valores Deônticos

	Permissão	Proibição	Obrigação	TOTAL
	N	n	n	
Verbo Auxiliar (dever e poder)	25	95	205	225
Substantivo (necessidade, obriga�o, a permissão)	5	0	0	5
Adjetivo (preciso, necessário, obrigatório, proibido etc)	0	0	29	29
Advérbio (obrigatoriamente, necessariamente etc)	0	0	0	0
TOTAL	30	95	234	

Como podemos observar na tabela acima, aparecem com maior freqüência nas bulas os verbos auxiliares **dever e poder**. Podemos observar nos exemplos abaixo que há uma proibi o ou uma obriga o a ser cumprida ao se usar esses dois auxiliares verbais.

(11) “As cápsulas não **podem** ser partida ou mastigadas”. (B23)

(12) “(...); análogos sint ticos **podem** ser utilizados em conjunto com mineralocorticóides”. (B24)

(13) “Gestinol 28 **deve** ser ingerido com água ou suco e não deve ser mastigado”. (B11)

(14) “Este medicamento cont m açúcar (amido) portanto **deve** ser usado com cautela em portadores de Diabetes”. (B30)

(15) “O paciente com depressão ou história de abuso ou dependência por alguma droga **deve** estar sob observa o médica contínua”. (B25)

(16) “Cefalium não **deve** ser ingerido concomitantemente com bebidas alcoólicas”. (B5)

Já os adjetivos, apesar de aparecerem com menor freqüência, não são menos importantes e a manifesta o desses valores deônticos expressa uma maneira atenuada de ordenar e de mandar. Quando o enunciador diz que algo   necessário é porque alguém tem

que fazer (há uma intenção em apontar obrigações instauradas pelas próprias estratégias argumentativas) e, em certos casos, essa “obrigação” é transferida para o ouvinte, sendo uma obrigação a ser cumprida, nesse caso, pelo usuário do medicamento. Observem as ocorrências a seguir:

(17) “É **necessário** vigiar possíveis interações com teofilina”. (B23)

(18) “(...) mas em algumas situações é **necessário** suspender o tratamento e entrar em contato com seu médico”. (B33)

(19) “Se você esquecer de tomar Gestinol 28 por mais de 12 horas, será **necessário** adotar outro método contraceptivo”. (B11)

(20) “É **necessário** a observação constante quando amitriptilina é ministrada em pacientes hipotireoideanos (...)”. (B31)

Os substantivos também aparecem com menor frequência, mas expressando uma ordem considerada “fraca” a ser cumprida. Observa-se que o uso dos substantivos chama sempre a atenção do interlocutor para a tarefa que este terá pela frente de avaliar e decidir a importância da continuidade de uso de dado medicamento.

(21) “O médico deverá periodicamente avaliar **a necessidade** da continuação do tratamento”. (B17)

(22) “A maioria destes eventos diminuíram de intensidade e frequência com o tempo e, geralmente, não houve **a necessidade** de interrupção do tratamento”. (B7)

(23) “(...) além disso, **permite** a manutenção do PH ácido da vagina, favorecendo a manutenção da flora vaginal normal”. (B29)

(24) “(...) alterando a permeabilidade celular e **permitindo** a saída de moléculas essenciais à vida do fungo”. (B29)

Os advérbios modalizadores (**obrigatoriamente, necessariamente** etc), como se pode observar na Tabela acima, não ocorreram no corpus. Esse resultado confirma a baixa produtividade dos advérbios para explicitação de valores deônticos já atestada por Castilho e Moraes de Castilho (1990) e Dall’ Aglio-Hattner (1999).

CONCLUSÃO

Neste trabalho procuramos analisar as funções comunicativas dos modalizadores deônticos presentes em discursos científicos, mais especificamente em bulas de remédios.

Optamos, para tanto, pela abordagem funcional da linguagem, que nos permite analisar de maneira integrada as funções pragmáticas, semânticas e sintáticas das modalidades.

De acordo com Dik (1989), pudemos observar que no *cópus* analisado que o interlocutor deseja efetuar algum tipo de modificação na informação pragmática do seu respectivo público-alvo (usuário de medicamento).

O discurso científico e suas próprias características, como foi visto, favorece o aparecimento de uma modalização baseada na imposição de um sujeito falante sobre o outro, instaurando, dessa forma, uma obrigação, uma permissão ou uma proibição.

Em relação às formas de expressão da modalidade deôntica utilizada, detectamos que os verbos auxiliares modais *poder* e *dever* são os mais empregados, seguidos pelas outras formas que, apesar de menos frequentes, também evidenciam valores de obrigação, permissão e proibição.

Cientes da importância do estudo sobre a linguagem e de suas descobertas, esperamos que as reflexões apresentadas nesse trabalho, ainda que muito preliminares, possam contribuir, de maneira modesta, para o estudo e entendimento do vasto campo das modalidades.

REFERÊNCIAS

BUENO, W, da C. **Jornalismo científico no Brasil**: os compromissos de uma prática dependente. 1984. Tese (Doutorado). São Paulo, USP/ECA, mimeo.

COMPARINI, A. M. P. **A modalização deôntica no discurso jurídico**. 2002.101f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos – Área de concentração: Análise Lingüística). Unesp. São José do Rio Preto.

CORACINI, M. J. **Um fazer persuasivo**: o discurso subjetivo da ciência. São Paulo: Educ; Campinas: Pontes, 1991.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. **A manifestação da modalidade epistêmica**: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor. 1995, 146f. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

DIK, S. **The theory of functional grammar**. Pt. I: The Structure of the clause. Dordrecht-Holland/Providence RI-USA: Foris Publication, 1989. 433p.

GUIRALDELLI, L. A. **O modo subjuntivo e a expressão das modalidades epistêmica, deontica e volitiva**. São José do Rio Preto: 2004, 104 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos – Área de Concentração em Análise Lingüística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

HALLIDAY, M. A. K. Functional diversity in language as seen from a consideration of modality and mood in English. **Foundations of Language**, v.6, p.322-61, 1970.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold Publishers, 1985.

HENGVELD, K. Illocution, Mood and Modality in a Functional Grammar of Spanish. **Journal of Semantics**, v. 6, p. 227-269, 1988.

LIONS, J. **Semantics**. Combridge: Cambridge University Press, 1977.

NEVES, M. H. M. A Modalidade. In: KOCH, I.V. (Org.). **Gramática do português falado**: desenvolvimentos. Campinas: Unicamp/São Paulo, 1996, v.6, p.163-199.

_____. Imprimir marcas no enunciado. Ou: A modalização na linguagem. In: **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 151-174.

OSAKABE, H. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Kairós, 1979.